

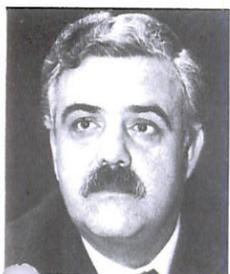


# PROJECTO EUROPA

Nº 20 - Outubro 1993

DIRECTOR: António d'Orey Capucho

## DEPUTADOS EUROPEUS DO PSD CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS 1993



**VIRGÍLIO PEREIRA,**  
candidato a  
Presidente da  
Câmara do  
FUNCHAL.



**ANTONIO CAPUCHO,**  
cabeça de lista -  
Assembleia  
Municipal de  
CASCAIS.



**MANUEL PORTO,**  
cabeça de lista -  
Assembleia  
Municipal de  
COIMBRA.



**MARQUES MENDES,**  
cabeça de lista -  
Assembleia  
Municipal de  
FAFE.



**MENDES BOTA,**  
cabeça de lista -  
Assembleia  
Municipal de  
LOULÉ.



**CARLOS PIMENTA,**  
candidato -  
Assembleia  
Municipal de  
LISBOA.

Sem prejuízo da colaboração empenhada de todos na campanha eleitoral para as "autárquicas 1993", nada menos do que seis dos nove Deputados Europeus do PSD integram listas de candidatura em outros tantos municípios de Norte a Sul de Portugal. Este facto é significativo da ligação às respectivas estruturas de base mantida pelos Deputados europeus ao longo do mandato que cumprem.

Saliente-se a candidatura de Virgílio Pereira à Presidência da Câmara Municipal do Funchal, cargo que já exerceu com reconhecido sucesso em mandatos anteriores.

**boletim informativo do grupo parlamentar europeu do PSD**

(editado com o patrocínio do grupo liberal, democrático e reformista do parlamento europeu)

## **MANUEL PORTO defende a “Organização Comum de Mercado” no sector das bananas**

Intervindo no plenário do Parlamento Europeu, na sequência de uma pergunta oral sobre a Organização Comum de Mercado do sector das bananas, o deputado social democrata Manuel Porto manifestou a sua estranheza pela pressa em analisar o funcionamento daquela organização, que apenas entrou em vigor em 1 de Julho deste ano, não havendo ainda tempo para avaliar do seu acerto. Assim, defendeu que, tal como está previsto, seja feita uma avaliação ao fim de três anos. Exigiu também que, com o mesmo rigor, seja feita a apreciação das demais organizações comuns de mercado que, ao longo de mais de três décadas, têm resultado da PAC, desmotivando importações de carne, de cereais, de leite e de tantos outros produtos que poderiam ter chegado à Europa a preços mais acessíveis.

Manuel Porto, afirmando-se defensor convicto das virtudes do livre cambismo, disse não deixar todavia de ser sensível aos problemas sociais e ambientais ligados ao mundo agrícola, bem como à necessidade de promover os reajustamentos que se mostram aconselháveis.

Segundo Manuel Porto, com as bananas estão em causa apenas as produções de um número reduzido de regiões, entre elas a Madeira, tratando-se de uma produção de enorme relevo local que ocupa 12% da população activa e representa 20% do produto agrícola e 33% do total das exportações. Além disso, traduz algo de peculiar e insubstituível no tecido paisagístico e social da região, contribuindo por esta via para a sua atracção turística, que constitui o principal recurso de uma economia para a qual não podem descortinar-se alternativas de valor idêntico.

## **Política Comum das Pescas: VASCO GARCIA exige tratamento equitativo para Portugal**

O regime especial transitório para a integração de Portugal e Espanha na política comum das pescas expira no final de 1995. O Parlamento Europeu, preocupado em contribuir para a definição do regime que vigorará a partir de 1996, aprovou o relatório do deputado do PSD Vasco Garcia, no qual se defende que aqueles dois Estados-membros não venham a ser alvo de qualquer discriminação.

Na prática, tal orientação significa que Portugal e Espanha beneficiarão de mais possibilidades de pesca do que actualmente. Vasco Garcia, não esquecendo a necessidade de protecção dos recursos pesqueiros, defende a

passagem a um sistema generalizado de licenças de pesca e um controlo mais rigoroso da actividade ilegal da pesca. A preocupação ecológica de Vasco Garcia está bem patente no pedido de que a “box” das Shetland e os bancos oceânicos das zonas económicas exclusivas dos Açores, da Madeira e das Canárias sejam declarados “zonas sensíveis”.

Finalmente, o relatório lembra que aos futuros novos Estados-membros, nomeadamente à Noruega, não poderá ser concedido um estatuto mais favorável em matéria de pesca do que aquele de que Portugal e Espanha beneficiam.

## **MENDES BOTA na Assembleia ACP/CEE**

A Assembleia Paritária ACP/CEE reuniu em Bruxelas nos passados dias 4 a 8 de Outubro. Nesta reunião estava sobretudo em causa fazer uma avaliação, sensivelmente a meio do seu período de vida, da Convenção de Lomé IV, o que esteve em destaque nas intervenções dos dois co-presidentes da Assembleia Paritária.

De realçar também a presença do líder do ANC, Nelson Mandela, que afirmou esperar que a Comunidade “reforce a sua capacidade como observador do processo eleitoral e das eleições” previstas para 27 de Abril na África do Sul, assegurando que nenhuma das partes tente impedir o normal desenrolar do processo nem recuse reconhecer o resultado das eleições.

Foram adoptadas uma série de resoluções, nomeadamente sobre a situação na África do Sul, na Somália, no Sudão, em Angola, no Haiti e no Rwanda. Na resolução sobre Angola, a Assembleia Paritária apela aos beligerantes para que respeitem as resoluções das Nações Unidas exigindo um cessar-fogo imediato e regressem à mesa das negociações no quadro do processo iniciado em Abidjan. Convida-se a Comissão e os Estados-membros a prever uma ajuda humanitária de urgência para Angola e exige-se a todas

as partes em conflito que permitam aos organismos humanitários intervir o mais rapidamente possível.

A Assembleia Paritária aprovou ainda uma resolução proposta, entre outros, pelo deputado social democrata Mendes Bota, em que se condena a ocupação de Timor-Leste pela Indonésia, “uma ocupação que é uma violação permanente da legalidade internacional” e a repressão brutal exercida pela Indonésia sobre a população de Timor-Leste.

Nesta resolução, a Assembleia Paritária exige a libertação imediata de Xanana Gusmão, bem como dos outros membros da resistência que se encontram detidos e apela à comunidade internacional para que seja imposto um embargo total sobre a venda de armas à Indonésia enquanto este país não tenha dado indícios claros da sua vontade de criar condições que permitam ao povo de Timor-Leste exercer o seu direito à autodeterminação e à independência. Mendes Bota defendeu que “enquanto em Timor-Leste continuar a imperar o regime de terror de uma ocupação militar, que obviamente não conhece as disposições da Convenção de Genebra em matéria de direitos humanos, a pressão internacional sobre a Indonésia não pode abrandar”.

## **RUI AMARAL,** SOBRE A CRISE DO SME

“A crise do Sistema Monetário Europeu é, do nosso ponto de vista, uma crise de raiz política. A crise (...) é, antes de mais, o resultado da incapacidade em concertar e coordenar as políticas económicas e monetárias e, em segundo lugar, é o resultado da adopção, perante o sistema, de uma atitude que eu classificaria de “irrealisticamente fundamentalista”, tentando manter a todo o preço uma situação de fixidez das relações de câmbio entre as diferentes moedas quando o sistema não impunha essa rigidez e quando era manifesto que o estado das economias e das políticas económicas e monetárias era incompatível com as taxas de câmbio preexistentes. (...)

Finalmente, a UEM não poderá concretizar-se sem que passos mais claros e de maior dimensão sejam dados no sentido da convergência real das economias, a qual não se tem acentuado, muito antes pelo contrário. A convergência real (...) não pode continuar a ser secundarizada relativamente à convergência nominal, como tem acontecido.”

## **CARLOS PIMENTA,** SOBRE A SITUAÇÃO NA RÚSSIA

“O Parlamento Europeu deve (...) emitir uma declaração inequívoca de apoio ao presidente Ieltsin, à dissolução de um parlamento que tinha perdido toda a credibilidade e à manutenção de um processo de reformas pacífico e democrático. Em segundo lugar, devemos apoiar a realização de eleições livres, que serão verdadeiramente as primeiras eleições multipartidárias no território da Federação Russa.

Penso que o PE deve imediatamente iniciar os trabalhos para o envio de uma delegação de observação das eleições russas, fazendo parte dos observadores internacionais que garantirão a sua legitimidade e o seu reconhecimento

internacional.

Finalmente, quanto ao programa de ajuda, o programa TACIS, a Comissão Europeia e, sobretudo, o Conselho, devem alterar a forma como esse programa tem sido gerido. É inacreditável que até este ano o dinheiro do programa TACIS tenha sido sobretudo gasto com consultores e não com trabalho no local.”

## **MANUEL PORTO,** SOBRE AS NEGOCIAÇÕES DO GATT

“O atraso na conclusão do Uruguai Round vem provocando problemas delicados à economia mundial, bem como à Europa Comunitária. A nossa tradição, desde longa data, tem sido uma tradição de abertura, com vantagens globais que não poderão suscitar dúvidas

# discurso directo

sérias a ninguém. E agora, no dealbar de um novo século em que a par da Europa se reforçam, na América e na Ásia, espaços económicos com perspectivas de crescimento superiores às nossas, seria particularmente arriscada uma separação de que seríamos as vítimas principais.

Neste quadro, seria uma ingenuidade especialmente grave pensar que temos na Europa e nas suas proximidades uma alternativa válida a tal propósito. (...) Não estamos a defender de modo algum uma posição de fraqueza nas negociações (...) mas o que não pode aceitar-se é que, entre nós, interesses de sectores particulares se sobreponham ao interesse geral, dos consumidores e da generalidade das indústrias transformadoras, pondo em causa oportunidades comerciais de sectores que, no seu conjunto, significam muito mais para a economia e para a mão de obra da Comunidade”.

## **MARQUES MENDES,** SOBRE A DIMENSÃO SOCIAL DO TRATADO DE MAASTRICHT

“É evidente que Maastricht não nos trouxe, no domínio da política social, aquilo que esperávamos, o avanço que era necessário para a construção da dimensão social, tal como o Parlamento várias vezes reclamou. No entanto, há que reconhecer que pelo menos em grande parte algum avanço se conseguiu, designadamente no acordo relativo à política social, em que a vontade política manifestada por onze dos doze Estados-membros vai no sentido de se prosseguir com maior celeridade a construção da dimensão social da Europa. (...)

O diálogo social é extremamente importante na nossa Comunidade, devendo mesmo ser o modelo social mais relevante, na medida em que os parceiros sociais são, efectivamente, e como já aqui o disse e repeti, os motores do desenvolvimento económico e do desenvolvimento social.”

## **MENDES BOTA,** SOBRE A POLÍTICA DE COOPERAÇÃO

“A população mundial cresce ao ritmo de 100 milhões de indivíduos por ano. No ano 2020, a população dos países em vias de desenvolvimento representará 84% da população mundial e hoje já é de 77%. Nesta perspectiva a pobreza é inevitável. A luta pela alimentação, pelo vestuário e até a luta pela busca de conforto e de recreio, está na origem dos desequilíbrios ambientais. A boca aberta e a mão estendida continuarão enquanto não se garantir aos países em vias de desenvolvimento a auto-suficiência alimentar. Isto passa pelo apoio aos pequenos e médios produtores, pelos sistemas de irrigação e pelas vias de comunicação.

A política de ajuda ao desenvolvimento não tem que se ater a neoliberalismos exacerbados nem a nostalgias socializantes.”

## SEMINÁRIO “A FINLÂNDIA NA EUROPA”

O Presidente do PSD, Prof. Cavaco Silva, e o Primeiro Ministro da Finlândia, M. Esko Aho, foram as personalidades que presidiram à sessão de encerramento da conferência “A Finlândia na Europa”, que se realizou em Helsínquia nos passados dias 1 e 2 de Outubro.

Nesta conferência, que foi organizada conjuntamente pelo Grupo LDR do PE, pela Federação dos Partidos LDR e pelos Partidos do Centro e Folkpartiet da Finlândia, participaram também o Ministro da Agricultura, Arlindo Cunha, o Comissário João de Deus Pinheiro, o Vice-Presidente do PE, António Capucho e os deputados Carlos Pimenta, Manuel Porto, Mendes Bota e Vasco Garcia.

O Prof. Cavaco Silva reafirmou o espírito positivo com que Portugal encara a adesão finlandesa e a expectativa de que o processo negocial possa estar concluído até final do próximo ano e a adesão plena possa ocorrer em Janeiro de 1995.

## INAUGURADO NOVO HEMICICLO DO P.E. EM BRUXELAS

Nos dias 29 e 30 de Setembro teve lugar a primeira reunião plenária do Parlamento Europeu em Bruxelas.

A reunião decorreu no hemiciclo inaugurado nesta ocasião e que se integra num edifício com 57.000 m<sup>2</sup> repartidos por 13 andares e onde se encontram também instalados os gabinetes da Presidência, da Mesa do Parlamento, do Secretariado-Geral, dos Serviços de Apoio às Sessões e instalações reservadas para a imprensa.

O hemiciclo dispõe de 750 lugares (extensíveis até 900 lugares), com 500 tribunas individuais e 17 cabines de tradução e gravação.

Em fase de construção encontram-se ainda dois edifícios: o D2, com 23.000 m<sup>2</sup>, que integra uma sala de reuniões com 350 lugares, bem como instalações reservadas aos visitantes (cerca de 2000 por dia em período de sessão; e o D3, com uma superfície de 290.000 m<sup>2</sup> e com mais de 300 metros de comprimento, que comporta um parque de estacionamento para 2100 lugares, 2600 gabinetes para os parlamentares e funcionários,

16 salas de conferência, 52 salas de reunião e diversos serviços funcionais tais como uma tipografia, uma central de compras, um serviço de informação, restaurantes, um centro médico e a biblioteca do Parlamento Europeu.

## breves

### MARGARIDA SALEMA E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS DECISÕES POLÍTICAS

As deputadas portuguesas ao PE, entre as quais Margarida Salema, concorreram ao programa da Comissão da Comunidade Europeia em favor da “participação das mulheres nas decisões políticas”, com o projecto de realização de um “Parlamento Paritário”.

Trata-se de reunir durante dois dias, no mês de Janeiro, todas as mulheres que são ou foram Deputadas à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu, desde o 25 de Abril de 1974, as quais convidarão um colega, de modo a obter-se igual número de deputadas e deputados.

A iniciativa obteve o apoio da Comissão Europeia e foi considerada como acção modelo para outros Estados-membros.

### JORNAL

### “OSLOBODJENJE” : PRÉMIO SAKHAROV 1993

A Mesa Alargada do Parlamento Europeu atribuiu o Prémio Sakharov 1993 ao jornal Oslobodjenje, de Sarajevo, um dos três candidatos que a Comissão de Negócios Estrangeiros e da Segurança oportunamente tinha seleccionado para este fim e entre os quais se contava o ex-líder da resistência timorense, Xanana Gusmão, apoiado pelo Grupo LDR e pelos Deputados portugueses em geral.

O PE reconhece, deste modo, o heróico papel que o “Oslobodjenje”, quotidiano

multicultural de Sarajevo (nele trabalham jornalistas muçulmanos, sérvios e croatas), tem vindo a desempenhar no meio da tragédia que devasta aquela cidade.

Ao longo de toda a crise na Bósnia-Herzegovina o jornal nunca deixou de se publicar, em condições particularmente difíceis.

### MENDES BOTA E O CONTROLO DA DESERTIFICAÇÃO

O PE debateu recentemente em Plenário a dimensão preocupante dos processos erosivos e de desertificação na Comunidade Europeia e as medidas a adoptar para os combater.

Intervindo no debate, o deputado do PSD, Mendes Bota salientou a problemática da desertificação em Portugal, onde verificam perdas de solo da ordem das 100 ton/ha anuais, essencialmente nas regiões do Alentejo e da serra e do barrocal algarvio. Para Mendes Bota, a razão estrutural deste estado de coisas é a persistência da prática de sequeiro, pelo que assume importância fundamental a construção da barragem do Alqueva para fins múltiplos.

### MANUEL PORTO E OS TRANSPORTES MARÍTIMOS NA COMUNIDADE

O deputado do PSD ao Parlamento Europeu, Manuel Porto, foi autor de uma intervenção no plenário do PE em defesa do transporte marítimo de mercadorias.

Referindo que “este meio de transporte deve continuar a ter um relevo predominante face ao papel desempenhado pelo transporte aéreo e terrestre”, Manuel Porto defende ser necessário “evitar uma atitude indiscriminada de protecção face ao êxito alcançado no mercado da Comunidade Europeia por empresas de terceiros países”, mas que “devemos impedir, isso sim, que nos prestem serviços empresas que não cumprem as regras exigíveis de índole social, de segurança e de protecção do ambiente, ou ainda que façam cabotagem entre os nossos

países e não a consintam no seu território, tal como acontece com as empresas americanas”.

**PROJECTO EUROPA**  
rue Belliard, 97-113 1040 Bruxelles